

Considerações sobre a figura da mulher abastada no livro *O castigo da prostituição*, publicado no período joanino (1808-1821)

Anelise Martinelli Borges Oliveira^(*)

Resumo

Objetiva-se compreender a figura da mulher abastada presente no livro *O castigo da prostituição*, – publicado no Rio de Janeiro em 1815. Conclui-se que as prescrições contidas no mesmo vão de encontro com a concepção que se tinha da mulher de elite durante o Período Joanino (1808-1821).

Palavras-chave: *O castigo da prostituição*. Mulher Abastada. Período Joanino.

Considerations on figure women's wealthy in *O castigo da prostituição*, published on período joanino (1808-1821)

Abstract

The objective is to understand the figure of the wealthy woman present in the book *The punishment of prostitution*, published in Rio de Janeiro in 1815. It is concluded that the prescriptions contained therein meet the conception of elite women during the Joanino Period (1808-1821).

Keywords: *O castigo da prostituição*. Wealthy Woman. Período Joanino.

Durante os anos que D. João VI e a Corte Portuguesa permaneceram no Brasil (1808-1821) – Período Joanino – o rei português organizou a nova sede da monarquia ao criar instituições políticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais, cujos objetivos eram o de se fazer vivenciar, no Rio de Janeiro, os mesmos costumes de Portugal (OLIVEIRA, 2009).

A Imprensa Régia do Rio Janeiro foi uma das primeiras instituições a serem implantadas, inaugurando a imprensa oficial no país. A população leitora no Brasil se

^(*)Doutora em Educação no Programa de Pós-graduação da Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP - Campus Marília SP (2017). Possui Mestrado (2009) em História pela UNESP - Campus Franca (SP). Possui Graduação em História pela UNESP - Campus Franca SP (2006) e Graduação em Pedagogia (2013) pela Universidade de Uberaba - MG. Tem experiência na área de Educação - Ensino Superior e Básico -, com ênfase em Teorias e Práticas Pedagógicas, História da Educação, História das Instituições Escolares, Práticas de Leitura, Políticas Públicas Educacionais, Educação Infantil e Formação de Professores. E-mail: anelisemartinelli@hotmail.com.

restringia à camada abastada, representada, sobretudo, pela corte portuguesa transplantada, fazendeiros, negociantes de grosso trato e funcionários públicos. Desse modo, a maior parte da população, composta em geral de homens e mulheres brancos pobres, mulatos, pardos e escravos ficava alheia às publicações da Imprensa Régia do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2009). A Imprensa Régia de Rio de Janeiro publicou mais de mil textos, os quais se destacam, além dos textos do governo, os de teatro, religião, filosofia, cientificismo, direito, medicina, ciências naturais, matemática, gramática, e, os de literatura, cujo gênero integra o romance *O castigo da prostituição*.

Nesse contexto, o presente trabalho¹ tem por objetivo tecer considerações sobre a figura da mulher abastada existente no romance *O castigo da prostituição*, publicado pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro em 1815. O livro citado, juntamente com outros oito, constitui-se um dos primeiros livros de gênero literário publicados oficialmente no Brasil durante o período em que D. João VI e a Corte Portuguesa estiveram no Rio de Janeiro (1808-1821).²

A escolha do livro *O castigo da prostituição* como *corpus* do presente trabalho se insere na perspectiva de que o tema principal, a preservação da virgindade e/ou “pureza” feminina, sugere claramente a maneira como as mulheres de elite deveriam se comportar perante a sociedade da época, diversamente das mulheres de classe subalterna, vistas como promíscuas e lascivas, “pivô da miscigenação e das relações inter-étnicas que justificaram por tanto tempo a falsa cordialidade entre colonizadores e colonizados.” (PRIORE, 1994, p. 11).

A valorização da virgindade da mulher, bem como o não contato corporal com pessoas do sexo oposto antes do casamento se inserem como temas centrais no que tange à representatividade feminina do início do século XIX, uma vez que eram pautados na legitimidade de características próprias das mulheres de elite, como “pureza” e resignação, virtudes essas que deveriam ser preservadas. A Igreja Católica colaborava para tal discurso, na medida em que pregava a “contenção” da sexualidade da mulher no sentido desta se preocupar com o casamento e “a constituição da família, como eixo de difusão da fé católica,

¹ O tema deste trabalho foi apresentado no XIV Simpósio de Letras e Linguística e IV Simpósio Nacional e Internacional de Letras e Linguística, na UFU, em Uberlândia, no ano de 2013. Este texto vincula-se à minha dissertação de Mestrado em História “A arte dos bons costumes na corte brasileira (1808-1821), defendida pela UNESP/Franca em 2009, tendo como orientador o Prof. Dr. Jurandir Malerba.

² Os oito livros são: *O diabo coxo*; *História de dois amantes*; *Paulo e Virginia*; *Aventuras pasmosas do célebre barão de Munkausen*; *As duas desafortunadas*; *A filósofa por amor*; *História da donzela Theodora*; *Triste efeito de uma infidelidade* (SOUZA, 2007).

assim como o papel da mulher enquanto propagadora do catolicismo.” (PRIORE, 1994, p. 18)

Como forma de se entender sobre as mulheres de elite do Período Joanino, bem como sobre a percepção de prostituição e virgindade na época, será feito a seguir um breve estudo acerca do contexto social em que estas mulheres estavam inseridas.

A mulher abastada no Brasil durante o Período Joanino

Até o início do século XIX, a vida rural da colônia brasileira muito se sobressaia à vida urbana: “O estilo de vida da elite dominante na sociedade brasileira era marcado por influências do imaginário da aristocracia portuguesa, do cotidiano de fazendeiros plebeus e das diferenças e interações sociais definidas pelo sistema escravista” (D’INCAO, 2006, p. 223).

A partir da transferência de D. João VI e da Corte Portuguesa para o Brasil, a circulação de bens materiais e culturais, principalmente no Rio de Janeiro – nova sede do Império Português – sofreu um considerável aumento. Com a finalidade de adequar a cidade fluminense às normatizações da nobreza transplantada, o regente português proporcionou transformações no espaço urbano e ampliações de produtos importados da Europa, como vestimenta, alimentação, mobiliário, dentre outros.

A implantação da primeira tipografia no Brasil, a Impressão Régia do Rio de Janeiro, possibilitou um maior desenvolvimento da leitura, uma vez que a aquisição de livros e textos, e o surgimento de bibliotecas particulares, passaram a ser mais frequentes. Como consequência, assistiu-se à ampliação das práticas de leitura, bem como de utensílios e de móveis utilizados para aqueles fins. De acordo com os estudos de Silva (1981) acerca dos leitores de livros publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, apenas 0,8% compunham-se de mulheres. Não obstante seja uma porcentagem bem pequena, comparada à maioria absoluta masculina, já se verifica a existência de uma parcela feminina que sabia ler. É importante salientar que, de modo geral, somente a minoria da população – a camada abastada – tinha acesso a esses livros bem como à educação.

Em viagem ao Rio de Janeiro entre 1808 e 1818, John Luccock (1975, p. 75) observou que a mulher de elite possuía pouca instrução: “o saber ler para elas não devia ir além do livro de rezas, pois que isso lhes seria inútil, nem tampouco se desejava que

escrevessem afim de que não fizessem como sabiamente se observava, um mau uso dessa arte”.

A falta de educação e instrução, relatada na fala de Luccock (1975), era consequência das regras morais da época, que, segundo El Far (2006, p. 14), “reservavam à mulher somente o espaço doméstico, pais e maridos cientes de sua autoridade patriarcal costumavam proibir a elas o acesso à educação. Nesse cenário, eram raras as mulheres que sabiam ler e escrever com fluência”.

Outra característica que Luccock (1975, p. 76) notou foi a precocidade da mulher abastada em relação à vida doméstica: com doze, treze anos se casava e aos dezoito atingia a “plena maturidade”, tornando-se “corpulenta e mesmo pesadona, adquire uma sensível corcova e um andar desajeitado e vacilante. Começa a decair, perde o bom humor das suas maneiras, assumindo em seu lugar uma carranca desagradável.”

Essa precocidade era consequência dos hábitos de reclusão femininos propagados, em grande parte, pela Igreja Católica. Ao tempo da chegada de D. João VI no Rio de Janeiro, a sociabilidade feminina geralmente ficava restrita às visitas religiosas: “Raramente se viam fora de casa, salvo ao irem para a missa, muito cedo, pelas quatro da manhã, nos dias santos ou dias de obrigatoriedade devocional [...]” (LUCCOCK, 1975, p. 76). A Igreja foi uma das principais instituições em difundir valores relacionados à castidade da mulher de elite na época, seja na celebração das missas, seja na publicação de obras que continham princípios da moral cristã. Em fins do século XVIII, o padre confessor Manuel de Arceniaga escreve que a mulher a ser salva por Deus deveria contrair matrimônio, e assim:

[...] estar sujeita ao seu marido... deve referenciar-lhe, querer-lhe e obsequiar-lhe. Deve inclinar-se ao séquito da virtude e com seu exemplo e paciência ganhá-lo para Deus. Não deve fazer coisa alguma sem seu conselho. Deve abster-se de pompas e gastos supérfluos e usar vestido honesto conforme seu estado e condição cristã. (Apud PRIORE, 1994, p. 17).

Apesar da difusão dos valores castos, em um contexto social mais amplo via-se o aumento da prostituição a nível nacional, a ponto de, dez anos antes da chegada de D. João VI, o físico-mor do Rio de Janeiro Bernardino Gomes relatar que a prostituição no Brasil era maior que na Europa, “consequência indefectível do ócio e da riqueza adquirida sem trabalho e fomentada pelo exemplo familiar dos escravos” (apud FREYRE, 2003, p. 572).

Com efeito, a prostituição no Brasil remonta aos primeiros séculos do colonialismo, onde a inexistência de prostíbulos ou bordeis era responsável pela utilização de vários tipos de lugares para se fazer sexo, como tabernas e até praças (PRIORE, 1994).

Na primeira metade do século XIX, as prostitutas no Rio de Janeiro eram classificadas em três ordens, as quais estavam em conformidade com a moradia: a primeira – de “palacete” ou “aristocrática”, frequentadas por “homens sérios”; a segunda – “sobradinho” ou “rótula”, que atendiam “homens que mediavam entre a pobreza e a abundância”; a terceira – “escória”, “casebre” ou “mucambo”, frequentadas por homens “de uma baixaza indiscutível” (FREYRE, 2003, p. 574).

Com a chegada da Corte Portuguesa, os costumes da camada abastada no Brasil foram se modificando, mesmo que de forma gradual. Luccock (1975) pontuou, em 1813, que a estadia do regente português no Rio de Janeiro foi responsável não só por um maior desenvolvimento da instrução (esta observada na circulação de livros que não somente os de religião) como também pela sociabilização da mulher de elite. As cerimônias oficiais da Corte, as festas religiosas e as peças teatrais contribuíram positivamente para isso, de tal modo que “pais e maridos se viram compelidos, sob a nova ordem das coisas, a afrouxar a disciplina caseira e abrir as portas dos seus haréns. Do momento em que se concedeu certo grau de liberdade às prisioneiras, tornou-se impossível manter-lhes a reclusão” (LUCCOCK, 1975, p. 165).

Assim, a mulher abastada ia, paulatinamente, conquistando seu espaço junto à sociedade. É desse novo contexto histórico-social o livro *O Castigo da Prostituição*, objeto de análise deste trabalho.

O Castigo da Prostituição: prescrições para a mulher abastada

Contendo trinta e duas páginas, *O castigo da prostituição* foi publicado pela Impressão Régia do Rio de Janeiro no ano de 1815. O autor do romance é desconhecido, mas, supõe-se que é originário da língua francesa, uma vez que sua capa contém a informação de que foi traduzido do francês.

É interessante observar que o título do livro – *O castigo da prostituição* – aparece de forma objetiva e direta. Segundo o dicionário, a palavra “castigo” tem por definição: “1. Pena que se inflige a um culpado; punição. [...] 3. Admoestação, repreensão. 4. Mortificação, consumição” (FERREIRA, 1986, p. 366). A palavra “prostituição” significa: “1. Ato ou efeito de prostituir (-se). 2. Comércio habitual ou profissional do amor sexual. [...] 6. Profanação, aviltamento” (Idem, p. 1405). Assim, o título do romance sugere o tema que irá

abordar: a repreensão de uma conduta considerada como condenável, no caso, a perda da virgindade.

O fato das autoridades régias terem aprovado a publicação do livro pela Impressão Régia fluminense evidencia a preocupação em tentar adequar, no Brasil, os modos da dama abastada para que ela não se desviasse de condutas compatíveis com a sua condição social.

O castigo da prostituição é narrado em primeira pessoa por uma jovem de 16 anos, cujo nome não é mencionado. Contudo, pode-se inferir que é de uma classe abastada devido à linguagem utilizada. O livro gira em torno de um tema principal: a perda da virgindade. Na trama, a jovem relata que fora influenciada por uma alcoviteira a perder a virgindade. Nos dizeres da mesma: “Esta astuta corruptora lisonjeou minha vaidade por uma linguagem enganadora, e fez voltar meus pensamentos para os homens” (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, p. 6).

Na obra, verifica-se que a alcoviteira, ao incitar moças de boa condição social, vendia a virgindade das mesmas para homens de posses. Segundo a narradora, as jovens, sem tomarem conhecimento da real intenção da senhora, bem como da influência exercida sobre seus pensamentos, acabavam sendo enganadas através do convencimento: “Era esta uma das mulheres consumadas no vício, e que tem aprendido de uma longa experiência a despertar as paixões num coração inocente, e a transtornar a cabeça de uma Donzela simples, e noviça [...]” (Ibidem, p. 6). Aqui, a perda da virgindade antes do casamento é entendida como um crime, ou seja, uma violação à moral e aos bons costumes preconizados, uma vez que a construção da mulher ideal previa qualidades como a pureza sexual. Neste período, segundo Fonseca (2006, p. 528): “Para a mulher ser “honesta”, devia se casar; não havia outra alternativa. E para casar, era teoricamente preciso ser virgem”.

No Brasil do século XIX, e mesmo durante o período colonial, a alcovitagem foi uma prática muito comum afim de se facilitar os encontros sexuais, concubinagens e mancebias. Os concubinatos não se restringiam à população negra e escrava, estendendo-se a todos os grupos sociais. De acordo com a historiografia, os matrimônios eram menos comuns que a concubinagem, sendo que a taxa de crianças ilegítimas ultrapassava os 40% (FONSECA, 2006).

Os locais onde normalmente ocorriam a prostituição feminina no início do século XIX – casas, senzalas, vendas, tabernas e prostíbulos – preocupavam autoridades civis e religiosas, por serem igualmente lugares de danças, batuques, bebidas e conflitos, a ponto de um juiz da cidade mineira de Paracatu relatar que a:

[...] publicidade das desordens que atualmente acontecem [...] pelas bebidas obrarem com total falta de juízo, e pelas mulheres os ciúmes, que causam os seus amásios [...] de que vem a resultar brigas, desordens, ferimentos e ainda talvez mortes, procedimentos estes contrários à paz e sossego dos povos (Apud FIGUEIREDO, 2006, p. 160).

Em *O Castigo da Prostituição*, a jovem narradora se recorda como os conselhos de sua mãe diferiam dos da alcoviteira. Em momentos anteriores, sua mãe lhe afirmara que “os homens eram enganadores, [...] logo que tem prosperado em seus desígnios [...] deixam a miserável de que tem abusado flutuar em um amargo pranto da triste lembrança de suas falsas promessas” (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, p. 15). Sua mãe, ao contrário da alcoviteira, afirmava que os homens iludiam as mulheres até conseguirem seu intento. Infere-se que para a mãe da jovem – aqui representada como uma pessoa abastada de boas maneiras – a perda da virgindade só pode ocorrer por meio do matrimônio com um homem da mesma posição social, além do consentimento de ambos os pais e da sociedade em que a mulher está inserida.

Depreende-se, na citação anterior, que a figura masculina aparece como o sexo dominador e detentor do controle sobre a sexualidade feminina, concepção associada ao sistema patriarcal presente no Brasil desde o colonialismo. No patriarcalismo do período, a figura do patriarca (“pai”), caracterizava-se por ser o chefe da família e exercer o domínio social e econômico sobre o clã – tanto na fazenda quanto na cidade. Tal autoridade era claramente percebida no cotidiano familiar. Nos jantares, por exemplo, o patriarca “servia-se primeiro e do melhor”, além do que sua cadeira era “sempre maior, de braço, uma espécie de trono, como as cadeiras dos mestres-régios nas salas de aula” (FREYRE, 2003, p. 602).

Dividida entre a nova experiência e a preservação da virgindade, a jovem de *O castigo da prostituição* fica confusa: “Ah! Sem dúvida que alguma coisa falta a meu coração: um instinto secreto me persuade a procurar este novo objeto dos meus desejos; porém outro me demora os passos, e me proíbe” (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, p. 12). A passagem deixa evidente que há uma dicotomia entre o que se entende pelo bem e pelo mal, ou seja, entre o que se espera de uma dama da camada abastada, e o que é condenável pela sociedade e pela Igreja Católica no início do Oitocentos. As prescrições defendidas pelo catolicismo distinguiam as mulheres em “santas” ou “devassas”, onde “a opção que a Igreja oferecia era arder no fogo aceso pela providência divina, ou naufragar nos mares das paixões ilícitas” (PRIORE, 2009, p. 113).

Para a narradora de *O Castigo da Prostituição*, um amor verdadeiro, fruto dos laços eternos do matrimônio, era o maior bem que se podia conseguir durante a vida. A essas palavras, a alcoviteira faz a seguinte objeção: “O casamento e o amor são tão insociáveis como a escravidão, e a liberdade; e se alguma vez sucede que se unam, isto não é que à força de trabalhos, e fadigas, e nesta união sempre o desgosto domina sobre a felicidade” (O CASTIGO DA PROSTITUIÇÃO, 1815, p. 16). O relato mostra que a felicidade não é encontrada no casamento, pois este restringe a liberdade da mulher, a qual se torna escrava de uma situação.

Nos dizeres da alcoviteira, o matrimônio era “um jugo pesado que a mulher impõe a si mesma: é uma prisão em que ela se encerra para nunca mais sair senão com a morte; e este prazer que ela compra, a preço da sua liberdade, perde logo sua doçura, e se faz insípido” (Ibidem, p. 18). Para ela, o casamento representava um enlace fracassado, que privava a mulher de conhecer outros homens e de obter novas experiências. As mulheres que se casavam eram “escravas”, “desgraçadas” e “oprimidas”, pois se viam obrigadas a “agradar o próprio tirano que ainda deviam acariciar: é este o único remédio que lhe restava, pois todos os mais são piores que o mal” (Ibidem, p. 18).

Percebe-se, pelas passagens anteriores, que a opinião da alcoviteira muito se diferia dos preceitos pregados pela Igreja Católica no período em que a obra *O Castigo da prostituição* foi impressa, no qual o caminho natural da mulher de elite era o casamento, a procriação e os cuidados domésticos. Nesta visão, “não era por amor que os cônjuges deviam unir-se, mas sim por dever: para pagar o débito conjugal, procriar e finalmente lutar contra a tentação do adultério” (PRIORE, 2009, p. 113). A mulher submetia-se a uma espécie de adestramento, onde era fundamental que o sentimento de obrigação e disciplina estivesse presente no interior do matrimônio.

Não conseguindo opor-se aos argumentos da alcoviteira, a jovem é persuadida e encanta-se com suas explanações, sendo vencida pelo novo sentimento: “encantada de tudo que ela me dizia, e amorosa dos prazeres de que se me fazia uma pintura tão enganadora, muito crédula, enfim, logo me transportei. [...] eu me sentia vencida, e nisto mesmo experimentava certo prazer.” (Ibidem, p. 19-20).

A citação acima mostra o quanto as palavras da alcoviteira surtiram efeito no pensamento da jovem. Apesar de ainda perceber certa resistência, o desejo de se “perder”, ao perder a virgindade, era maior. A jovem então pergunta à senhora aonde poderia encontrar um homem bom e virtuoso, e esta diz:

[...] eu conheço um ilustre mancebo, que é o mais belo homem, nem há outro igual no mundo [...] Ah! Sem dúvida seu coração se terá rendido. Sim, e adivinhei a quem? A vós mesma. Eu lhe tenho ouvido dizer que ele vos tem visto duas vezes: uma na igreja e outra no espetáculo; e me tem assegurado que sois vós a pessoa mais formosa que ele tem encontrado, e que por isso vos tinha consagrado um amor o mais excessivo, e terno [...] (Ibidem, p. 21-22).

O techo mostra que a alcoviteira conhecia um homem com muitas qualidades, e que amava a jovem, tendo-a visto em duas ocasiões: na igreja e no espetáculo (supõe-se que seja um teatro). É interessante observar que os dois lugares citados foram muito frequentados pelas damas abastadas da Europa do final do século XVIII e início do século XIX, quando foi escrito o livro. Mais precisamente, eram dois locais que as mulheres de elite do Período Joanino também tinham o costume de frequentar.

Desse modo, a alcoviteira estabelece o encontro da jovem com o homem em uma casa, deixando ambos a sós. Em um primeiro momento, o rapaz causara à jovem boa impressão: “Seu vestido é simples, porém elegante. Ele me faz entrar de um ar submisso e gracioso [...] em sua boca obsequiosa só falava amor e doçura [...]” (Ibidem, p. 26). A amabilidade do homem, no entanto, dera lugar à voluptuosidade. A perda da virgindade, por parte da jovem, acontece: “ele me toma em seus braços, ele me aperta, ele me faz mil carícias [...]. O cruel se aproveitou de minha desordem; e servindo-se de carícias as mais temerárias, entre elas, e no meio de seus transportes, e minhas lágrimas, ele triunfou de sua vítima” (Ibidem, p. 27).

Ambos passam a noite juntos, e, na manhã do dia seguinte, a jovem surpreende-se com o comportamento do homem: “qual foi minha surpresa, e minha dor, quando em um tom severo ele me diz que devia se ausentar” (Ibidem, p. 28). Posteriormente, a jovem descobre que a senhora era uma aliciadora de damas, a qual vendia a virgindade das mesmas para homens de posses: “Eu bem tarde conheci que esta mulher odiosa me tinha vendido a este traidor; e que entre eles se tinha ajustado a perda da minha inocência” (Ibidem, p. 28).

Arrependida de seus atos, a jovem lamenta a perda da virgindade, que veio acompanhada da “perdição” de sua vida: “Eu fui castigada de meus prazeres; a dor se veio apoderar do instrumento do crime: um veneno mortal se mistura em meu sangue, e me forma um objeto de horror para os outros, e para mim mesma” (Ibidem, p. 29). O trecho revela o modo como a perda da virgindade fora do casamento era vista na época: como uma mancha impregnada na vida da mulher que a perdeu, mancha que também pode ser vista pela sociedade. Contrária aos preceitos cristãos do amor conjugal, baseado no recato e obediência das esposas, a libertinagem da jovem nunca seria aprovada pela boa sociedade, a qual

prezava a castidade, e, o culto à alma (e não ao corpo). Aqui, o desejo pelo prazer aparece como o principal causador da desgraça da jovem, desejo este condenável pela Igreja Católica, uma vez que é contrário ao “processo de domesticação da mulher no sentido de torná-la responsável pela casa, família, casamento e procriação, na figura da “santa-mãezinha” (PRIORE, 2009, p. 27).

Ao final do livro a jovem faz um alerta às damas que são formosas e virgens, aconselhando-as a não se deixarem ludibriar por alcoviteiras:

E vós, ó Donzelas, que sois dotadas de alguma formosura, quanto meu exemplo e minhas desgraças vos devem instruir! Aprendei de mim, e sabeis, o que se perde, em se perdendo a inocência. Não vos deixeis enganar por mulheres libertinas [...] e lembrai-vos que desde o primeiro instante em que tropeça vossa fraqueza, principiam vossas desgraças para não acabarem jamais (Ibidem, p. 32).

A citação anterior permite entender que a ação da jovem foi seguida de profundo remorso, uma vez que agora estaria “manchada” para sempre. Também evidencia o que vem a ser o objetivo do livro: demonstrar, por meio do exemplo, as consequências que a perda da virgindade fora do casamento pode ocasionar na vida de uma dama abastada, ou seja, prescrever condutas alicerçadas nos modelos cristãos para as mulheres de elite e alertá-las de que uma atitude contrária a esses modelos sempre é seguida de punição e arrependimento. O próprio título do livro pressupõe tal prescrição.

Considerações finais

A vinda de D. João VI e da Corte Portuguesa para o Brasil foi responsável por uma série de transformações no país, dentre elas, a criação da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, com a publicação de uma variedade de textos, dentre eles, o livro *O castigo da prostituição*, objeto de análise do presente trabalho. No que tange ao conteúdo do livro citado, ficou constatado seu objetivo: prescrever atitudes consideradas corretas para os padrões cristãos em relação à dama da camada dirigente. O não cumprimento dessas atitudes vem acompanhado de repreensão – seja da própria pessoa que deixou de cumpri-lo, por ser cristã; seja da sociedade.

Em *O castigo da prostituição*, a narradora e personagem principal, uma jovem virgem da camada dirigente, adquire, no decorrer do enredo, uma concepção diferente da

que tinha, no início da trama, sobre o amor e a virgindade. É interessante observar que, durante todo o livro, a jovem aconselha a leitora a não seguir o seu comportamento. O auge desse aconselhamento se dá no fim da narração, onde ela diz abertamente que sua conduta imoral deve servir de exemplo à leitora, para que esta não cometa os mesmos erros.

Pode-se perceber que o livro *O castigo da prostituição* possui como característica a representatividade de um ideário feminino defendido pelo Estado e pela Igreja Católica, pautado na valorização da mulher enquanto esposa, dona de casa e mãe, e, de forma específica, na crença de que essa mulher somente pode praticar o ato sexual se estiver casada perante a Igreja.

Desse modo, conclui-se que as prescrições contidas em *O castigo da prostituição* vão de encontro com a concepção que se tinha de mulher abastada durante o Período Joanino (1808-1821): uma mulher que deveria se ausentar pouco do lar, ocupando-se das tarefas domésticas e do cuidado com os integrantes da família, como marido e filhos.

Referências

- [Autor desconhecido]. *O castigo da prostituição*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1815.
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 8 ed. Contexto: São Paulo, 2006, pp. 223-240.
- EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 8 ed. Contexto: São Paulo, 2006, pp. 141-188.
- FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 8 ed. Contexto: São Paulo, 2006, pp. 510-553.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 47. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1975.
- OLIVEIRA, Anelise Martinelli Borges. *A arte dos bons costumes na corte brasileira (1808-1821)*. 2009. 90f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2009.
- PRIORE, Mary Del. *A mulher na história do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura no Brasil colônia*. Petrópolis: Vozes, 1981.

SOUZA, Simone Cristina Mendonça de. *Primeiras impressões: romances publicados pela Imprensa Régia*. 2007. 211 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

Texto recebido em: 11/04/2017.

Texto aprovado em: 10/05/2017.